



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL Nº 1/2025

PROVA DISCURSIVA - ASSESSOR JURÍDICO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **05 (cinco)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova a folha de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de textos definitivos
- **1h30min (uma hora e meia)** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Prova Discursiva Assessor Jurídico

1

João, brasileiro naturalizado, Governador do Estado *Alfa* no último ano de mandato, pretende se candidatar ao Senado Federal, almejando, inclusive, a cadeira da Presidência da referida Casa Legislativa. Por outro lado, Caio, analfabeto, condenado em sentença transitada em julgado pela prática do delito de furto, busca se redimir do seu passado, manifestando-se no processo eleitoral. Registre-se, contudo, que ainda perduram os efeitos da dita condenação criminal.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Constituição Federal, da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, além do entendimento doutrinário prevalecente.

- a) Poderá Caio, no processo eleitoral, votar e ser votado?
- b) Deverá João se desincompatibilizar do cargo de Governador do Estado *Alfa* para concorrer ao Senado Federal?
- c) Caso seja eleito para o cargo de Senador da República, poderá João ocupar a cadeira da Presidência do Senado Federal?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2

A Assembleia Legislativa do Estado Delta está realizando estudos para promover o melhor funcionamento de seus trabalhos, considerando que o prédio em que atualmente funciona, de propriedade do ente federativo, não está comportando o adequado funcionamento da máquina administrativa.

Nesse contexto, foi submetido à apreciação jurídica projeto no sentido de alienar tal edifício, com vistas a operacionalizar a mudança da Assembleia Legislativa para outra localidade, bem como proposta de aquisição de outro imóvel, cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha.

Considerando a situação delimitada, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir, considerando as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos):

- a) Quais são os requisitos previstos na norma em comento para a alienação de bens públicos imóveis? É necessário realizar licitação caso seja realizada a venda de tal imóvel para órgão ou entidade de Administração Pública Municipal?**
- b) Há alguma modalidade de contratação direta cabível para a aquisição de imóvel cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha? Indique se existem e quais seriam os requisitos específicos para as contratações realizadas em tais circunstâncias.**
- c) Se verificada a possibilidade de compra ou locação do imóvel pretendido, deve ser realizado estudo técnico preliminar para considerar os custos e benefícios de cada opção? Há previsão na lei de licitações quanto à responsabilização solidária entre contratante e contratado em caso de contratação direta indevida?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

3

Em ação indenizatória movida por Lojas Alfa Ltda. contra a Seguradora Beta S.A., o pedido foi julgado parcialmente procedente. Inconformada, a ré "Seguradora Beta" interpôs apelação. O valor do preparo recursal, conforme a tabela do Tribunal, era de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). No ato de interposição, a ré comprovou o recolhimento de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Intimada para apresentar contrarrazões, a autora "Lojas Alfa" interpôs recurso de apelação adesivo, mas, por lapso de seu patrono, não juntou qualquer comprovante de preparo no momento da interposição.

Ao realizar o juízo de admissibilidade dos recursos, o Relator proferiu a seguinte decisão monocrática:

- I. Em relação à apelação da ré ("Seguradora Beta"), determinou a intimação para que recolhesse a diferença em dobro, sob pena de deserção;
- II. Já em relação ao recurso adesivo da autora ("Lojas Alfa"), foi declarada de imediato a deserção, negando seguimento ao recurso, sob o fundamento de que a preclusão consumativa impede o recolhimento posterior quando nada foi pago no ato de interposição.

Considerando os fatos narrados e as regras de admissibilidade do Código de Processo Civil, responda:

- a) A determinação do Relator quanto ao recurso de apelação da ré está correta? Justifique.**
- b) A decisão de deserção do recurso de apelação adesivo da autora foi correta? Justifique.**
- c) É cabível recurso em face da decisão que não conheceu o recurso de apelação adesivo? Em caso positivo, está sujeito à imposição de multa?**

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26

27

28

29

30

4

O Estado Alfa aproxima-se do limite máximo de Despesa Total com Pessoal – DTP previsto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). O RPPS estadual opera sob segregação de massa, com:

- Fundo Financeiro (repartição simples, deficitário), responsável pelo pagamento dos benefícios dos antigos servidores;
- Fundo Previdenciário (capitalizado), destinado aos servidores mais recentes.

Para evitar as restrições do art. 23 da LRF, o Governador encaminha Projeto de Lei Complementar estadual propondo:

- I. Exclusão do IRRF incidente sobre remunerações e proventos do conceito de DTP, sob o argumento de que o imposto é mera retenção contábil, sem representar desembolso efetivo do Estado.
- II. Dedução dos repasses do Tesouro ao Fundo Financeiro, destinados a cobrir a insuficiência mensal para pagamento de aposentadorias e pensões, classificando-os como “encargos especiais/indenizatórios”, e não como despesa de pessoal, com fundamento no dever de cobertura previsto no art. 2º, §1º, da Lei nº 9.717/1998.

Na condição de Assessor Jurídico, elabore um parecer opinando sobre a constitucionalidade e a legalidade fiscal das duas medidas, enfrentando obrigatoriamente:

- a) A jurisprudência do STF acerca da base de cálculo da DTP;**
- b) A distinção entre aporte para déficit atuarial e cobertura de insuficiência financeira à luz da LRF;**
- c) A relação entre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e o princípio da responsabilidade fiscal.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

5

Caio, Prefeito do Município Alfa, em 2024, pretendia a reeleição. Durante os meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2024, foram distribuídas mais de mil cestas básicas ao custo de aproximadamente trezentos e cinquenta mil reais. A distribuição, realizada pelos assistentes sociais do Município, ocorreu de porta em porta. Em maio de 2024, chegou ao Ministério Público com atribuição Eleitoral, representação, noticiando os fatos, solicitando investigação e punição ao político uma vez que, na sua visão, houve prática de ilícito eleitoral, na forma da Lei 9.504/1997. Na mesma época, foi protocolada nova representação, por outro cidadão, junto ao Parquet com atribuição eleitoral, noticiando que Caio havia procedido à revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, em meados do mês de abril de 2024. Foram instaurados procedimentos investigatórios, tendo sido ouvidas testemunhas, beneficiários das cestas básicas, assistentes sociais e o Prefeito. Foram requisitadas informações sobre o procedimento administrativo que ensejou a revisão da remuneração bem como informações sobre os programas sociais previamente autorizados e em andamento no ano de 2023.

Considerando a legislação em vigor, o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral e a Doutrina abalizada, discorra sobre as condutas perpetradas por Caio, indicando as hipóteses em que se há ilícito eleitoral, as hipóteses em que não há ilegalidade, fundamentando a resposta com respectivos dispositivos legais, apontando jurisprudência sobre o tema, se houver, elencando, ainda, quais as medidas judiciais que podem ser adotadas, qual a legitimidade passiva e quais as suas consequências, não sendo necessária a elaboração de peça.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

